

O ARQUIVO DE LINA BO BARDI: REVISITANDO UMA EXPERIÊNCIA

José Francisco Guelfi Campos

Universidade de São Paulo

Programa de Pós-graduação em História Social

jose.campos@usp.br

Resumo

Entre os meses de junho de 2011 e maio de 2012, um grupo da Associação de Arquivistas de São Paulo dedicou-se a organizar e descrever o arquivo da arquiteta Lina Bo Bardi (Roma, 1914 – São Paulo, 1992). Multifacetado, o fundo espelha não apenas as diversas atividades exercidas pela titular – com especial ênfase em sua atuação profissional, pela qual se notabilizou nos cenários brasileiro e internacional –, mas também os papéis sociais por ela vividos e as áreas pelas quais se interessou. As reflexões que pretendo fazer derivam dessa experiência. Partindo das premissas metodológicas da chamada abordagem contextual, propostas por Camargo e Goulart (2007), foram elaboradas estratégias específicas para o tratamento de uma documentação intimamente ligada à arquitetura, processo que demandou da equipe denso esforço de pesquisa. À luz dos resultados obtidos, minha intenção é compartilhar as decisões tomadas e os caminhos seguidos ao longo do processo, excedendo o estudo de caso de modo a analisar – sem pretensão de exaustividade – os desafios impostos pelos arquivos pessoais à teoria tradicional, no que tange à caracterização dos documentos e sua descrição. A crescente tendência à disponibilização de arquivos, sobretudo por meio da Internet, demanda olhar atento e posicionamento crítico por parte dos profissionais da área. Levando em consideração as formas de divulgação dos documentos de Lina Bo Bardi e de fontes congêneres, pretendo, ainda que em linhas gerais, debater os impactos de tal fenômeno sobre a democratização do acesso à informação e a função social dos arquivos.

Palavras-chave: arquivos de arquitetura, arquivos pessoais, descrição documental, teoria arquivística.

Por uma abordagem arquivística dos arquivos pessoais

Há muito os historiadores consideram os documentos pessoais fontes privilegiadas para a pesquisa nos mais diversos campos da historiografia, como bem sinalizam Philippe Artières e Dominique Kalifa (2002). Entre os arquivistas, contudo, tais documentos continuam a figurar como tema polêmico, ainda que se admita, como

alerta Heloísa Bellotto (1998), que nas últimas décadas o debate tenha experimentado sensível aquecimento.

De fato, se retrocedermos aos trabalhos seminais da teoria arquivística, não encontraremos neles qualquer traço de reconhecimento do estatuto dos documentos acumulados por pessoas ao longo de suas vidas. Publicado no final do século XIX, momento de inflexão no processo de institucionalização e afirmação da Arquivística como disciplina autônoma, o conhecido “manual dos arquivistas holandeses”¹ concebe os arquivos em sentido estrito como o conjunto dos documentos (oficiais) gerados e acumulados pela administração pública, noção que se repete no importante trabalho de Hilary Jenkinson (1922) e que ecoa no principal livro de T. R. Schellenberg ([1956] 2006). Contudo, é preciso ressaltar, a bem da justiça, que Schellenberg, já em 1956, embora não os considerasse como arquivos propriamente ditos – mas como coleções –, admitia a possibilidade de um “tratamento arquivístico” dos documentos privados de caráter pessoal.

O reconhecimento do estatuto dos arquivos pessoais é uma reivindicação recente, como demonstra o balanço das correntes do pensamento arquivístico empreendido pela pesquisadora norte-americana Catherine Hobbs (2010). Entre os autores brasileiros, a questão mereceu destaque nos estudos de Camargo (1988, 2009), Camargo e Goulart (2007), Lopez (2003) e Heymann (1997, 2009). Das múltiplas discussões possibilitadas pela especificidade de tais arquivos – dentre as quais se destacam aquelas de cunho antropológico, filosófico ou literário² –, interessam-nos aqui aquelas relativas à natureza e aos métodos de tratamento dos arquivos de pessoas.

Nessa via, vale a pena ressaltar o pioneirismo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, órgão da Fundação Getúlio Vargas, no desenvolvimento de metodologia específica para o tratamento de arquivos pessoais – a qual, por motivos exclusivamente didáticos, denominarei “tradicional” –, que inspirou métodos desenvolvidos por outras instituições em todo o país.

¹ A primeira edição do manual, cujo título oficial é *Manual de arranjo e descrição de arquivos*, data de 1898. Seus autores, Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin, o descrevem, no prefácio, como um “livro enfadonho e medonho”. Longe disso, identifica-se nesse trabalho a gênese da teoria arquivística. Na década de 1970, foi traduzido para o português por iniciativa do Arquivo Nacional, edição utilizada neste trabalho. (Cf. ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973).

² É crescente a ocorrência de análises nessas perspectivas, dentre as quais destacamos, à guisa de exemplo, as reflexões de Gomes (1998) e muitos dos artigos reunidos na coletânea organizada por Miranda e Santos (2011).

Entretanto, a tentativa de adaptar as peculiaridades de tais arquivos aos procedimentos adotados na classificação de arquivos institucionais mostra-se mais problemática do que se poderia supor. O que se observa é a adoção de múltiplos critérios, com especial ênfase sobre a classificação temática, e o recurso a macrocategorias para a contextualização dos documentos, fatores que levam, forçosamente, a sobreposições e impõem dilemas – como os apontados por Heymann (1997) – ao lidar com fontes que se relacionem a mais de um contexto de produção. Trata-se de um problema dos mais sérios: qual o sentido em compartimentar um arquivo em rubricas genéricas e abrangentes, como “vida pessoal”, “vida profissional” ou “produção intelectual”? Afinal, a vida de um indivíduo é passível da mesma “departamentalização” observada em uma instituição, operação que constitui o cerne do chamado método estrutural?

Mais complicada ainda é a frequente opção pela criação de uma série de “documentos pessoais”, geralmente (e inadvertidamente) destinada a abrigar os documentos identitários, aqueles produzidos à revelia da vontade do titular e que regulam sua existência no mundo do direito e o exercício da cidadania. A rigor, quais documentos não seriam “pessoais” em arquivos acumulados por pessoas?

Tais questionamentos motivam, ainda hoje, intenso debate, levando à criação de novas estratégias e procedimentos para o tratamento de arquivos dotados de tamanha singularidade. É preciso reconhecer, entretanto, que as implicações teóricas dos arquivos pessoais ainda não foram exploradas em toda a sua complexidade, deixando em aberto questões que se encontram longe de consenso entre estudiosos e profissionais da área.

A preocupação em resolver os problemas decorrentes da aplicação dos procedimentos preconizados pelos métodos “tradicionais” surge em artigo de Camargo (1988) que relata a experiência do Arquivo Público de Rio Claro no tratamento do arquivo do político integralista Plínio Salgado. Aí reside o gérmen do que anos depois se configuraria como a chamada “abordagem contextual”, desenvolvida pela autora para o tratamento dos documentos do ex-presidente da República Fernando Henrique

Cardoso (CAMARGO; GOULART, 2007), também adotada para o arranjo do arquivo de Lina Bo Bardi.³

Organizar e descrever um arquivo pessoal, evidentemente, não é tarefa fácil. Como bem observam Camargo e Goulart (2007, pp. 23 e 24), o recurso ao método funcional de arranjo procura evitar a polissemia e a instabilidade inerentes às macrocategorias classificatórias, a partir da identificação das atividades imediatamente responsáveis pela produção dos documentos ou, em outras palavras, de seus contextos originários. Para tanto, faz-se necessário responder a duas perguntas: “quando” e “como” surgiram os documentos. A chave do arranjo, portanto, reside justamente em caracterizar as circunstâncias sob as quais os documentos foram criados, refletidas nas atividades exercidas e nos eventos vividos pelo titular do fundo, bem como nas áreas pelas quais manifestou interesse, ao longo de sua vida, buscando definir suas dimensões temporais.

Lina Bo Bardi e seu arquivo

Um arquivo dificilmente contém “bombas” ou vestígios de escândalos e outros fatos que possam depor contra a memória de seu titular, isso porque ao longo da vida as pessoas geralmente reavaliam seus documentos, decidindo mantê-los ou não em razão de sua funcionalidade ou de valores de ordem emocional ou financeira. Deve-se levar também em conta o fato de que, após a morte do titular, a documentação não raro passa por outra seleção, promovida por seus herdeiros ou mesmo por arquivistas. Todavia, tampouco soa coerente afirmar que o arquivo constitui “uma pose” de seu criador, isto é, que o processo de acumulação documental obedece exclusivamente a critérios ligados à sua vaidade ou ao desejo voluntário de perpetuação de uma memória de si mesmo. Os documentos de Lina Bo Bardi não escaparam a esta situação.

Cumprir notar, aliás, que a leitura atenta e paciente dos documentos de um arquivo pode nos levar a inferir muito a respeito da personalidade de seu titular, o que merece cuidado especial por parte dos arquivistas, que devem, via de regra, atentar para outros elementos, uma vez que o objetivo de seu trabalho se concentra no (re)estabelecimento dos nexos e das relações que os documentos mantêm entre si, como

³ Outros arquivos vêm sendo tratados segundo este método. Entre eles ressaltam-se os de Adoniran Barbosa, organizado em laboratório promovido pela Associação de Arquivistas de São Paulo em 2010, e o fundo Professora Diva Francisca Sgueglia, pertencente ao Centro de Memória da Educação da Universidade de São Paulo.

forma de resgatar, ainda que não fisicamente, mas através de instrumentos descritivos, aquilo que Luciana Duranti (1997) denomina “vínculo arquivístico” ou, em outras palavras, a organicidade implícita ao conjunto documental.

Antes, contudo, de explorar as características que tornam o arquivo de Lina Bo Bardi tão peculiar e de expor as decisões tomadas e os caminhos percorridos ao longo do processo de arranjo e descrição, acredito ser de alguma valia conhecer um pouco mais da “arquiteto” (Lina assim se denominava, por declarar-se antifeminista) italiana que escolheu o Brasil como sua pátria e como seu lar.

Nascida na Itália, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, Achillina Bo (este era seu nome de batismo) graduou-se em Arquitetura em 1939. Não há em seu arquivo documentos que atestem o exercício da profissão durante os anos seguintes à formatura, mas encontram-se os vestígios de sua intensa produção no campo do jornalismo, como colaboradora em diversas revistas e como diretora dos periódicos *Domus* e *A – Cultura della Vita*. Em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial, teve seu escritório destruído por um bombardeio. Com o fim do conflito, dois anos mais tarde, percorreu algumas áreas da Itália registrando os efeitos da guerra para uma série de reportagens.

Em 1946, casou-se com Pietro Maria Bardi e com ele visitou, em viagem de núpcias, o país que a acolheria até o fim da vida. É com algum assombro que ela descreve, em suas reflexões, a impressão que teve ao avistar o edifício do Ministério da Educação e Saúde, projetando-se como um grande navio branco sobre o mar da baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Durante a estada, o casal conheceu Assis Chateaubriand, magnata da imprensa, que propôs a Pietro criar e dirigir um museu de arte em São Paulo. Começava aí a gestação do que seria, um ano depois, o Museu de Arte de São Paulo (MASP) e a aventura do casal Bardi na América.

Uma nova terra, um outro clima, um novo idioma. A adaptação de Lina ao Brasil pode não ter sido um processo tão simples, e sua curiosidade acerca da nova cultura manifestava-se no registro de expressões populares e nos apontamentos que fazia durante as conversas com a empregada doméstica. Se na Itália, empobrecida e destruída pela guerra, as condições de trabalho não pareciam favoráveis, no Brasil Lina pode desenvolvê-lo em múltiplas frentes, atuando como arquiteta, *designer* de mobiliário e de figurinos, cenógrafa, professora universitária, curadora de exposições e diretora de museus e outras instituições culturais.

Convidada pela Escola de Belas Artes da Universidade da Bahia, Lina foi em 1958 a Salvador, onde realizou uma série de conferências. Meses mais tarde, assumiu a cadeira de Teoria da Arquitetura na mesma instituição. Começava aí um relacionamento especial com a Bahia, estado onde pode atuar como arquiteta, na restauração do Conjunto Arquitetônico do Unhão, e como agente cultural, criando e dirigindo o Museu de Arte Moderna e o Museu de Arte Popular, sedes de inúmeras exposições de artistas brasileiros e estrangeiros, além de programas educacionais e apresentações teatrais montadas em colaboração com o dramaturgo Martim Gonçalves. Nesse período também editou as conhecidas “Páginas Dominicais” no *Diário de Notícias*. A correspondência mantida entre ela e o governador Juracy Magalhães e sua esposa, dona Lavínia, indica a relação estreita que manteve com o poder, o que facilitou em certa medida sua atuação.

A repressão advinda do novo regime, instaurado com o golpe militar de 1964, fez-se sentir, em um primeiro momento, de forma mais acentuada nos estados do Nordeste do país. Em julho daquele ano, o Museu de Arte Moderna da Bahia recebeu uma Mostra de Material Subversivo, organizada pelo Exército. No mês seguinte, Lina demitiu-se do cargo. Retornaria à Bahia mais de vinte anos depois, quando executou o plano de revitalização do Centro Histórico de Salvador. Não se pode, contudo, estabelecer uma relação causal direta entre sua opção de deixar a Bahia e a perseguição movida pela ditadura: inúmeras passagens aéreas e outros documentos, como cartas e telegramas, mostram que Lina já não tinha residência fixa em Salvador há algum tempo, dividindo-se entre projetos em São Paulo e Rio de Janeiro, além de algumas estadias na Itália. A temática política e os regimes totalitários, como o fascismo e o nazismo, passam a ocupar grande parte de suas reflexões e apontamentos de leitura.

Alguns projetos fizeram com que se notabilizasse no Brasil e no exterior, entre eles o emblemático edifício do MASP, na avenida Paulista; a “Casa de Vidro”, sua residência no bairro paulistano do Morumbi; e o SESC Pompeia. Lina faleceu em março de 1992, enquanto se dedicava à restauração do Palácio das Indústrias, em São Paulo.

A extensa documentação por ela acumulada permite, certamente, múltiplas e distintas interpretações. Como adverte o arquivista Bruno Delmas (2010), o potencial de uso de um arquivo é sempre numeroso, diverso, mutável e imprevisível. Pautar-se pelos possíveis interesses de um arquivo para a pesquisa é um compromisso que, de antemão,

está fadado ao fracasso, razão pela qual as classificações temáticas devem ser evitadas no tratamento de arquivos, sejam eles de natureza institucional ou pessoal.

Arquivando os vestígios de uma vida

Como observei anteriormente, os arquivos pessoais sofrem, ao longo de sua constituição, processos recorrentes de seleção e descarte operados pelo próprio titular ou, após a sua morte, por seus herdeiros e também pelos arquivistas. No caso do arquivo de Lina Bo Bardi, são conhecidas as intervenções realizadas por sua irmã e pela atual coordenadora executiva do Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, instituição responsável pela custódia do fundo.

O tratamento do arquivo de Lina Bo Bardi se iniciou muito antes da contratação do grupo de trabalho da Associação de Arquivistas de São Paulo⁴, tendo sido desenvolvido por profissionais sem qualquer formação na área. O próprio entendimento do conceito de arquivo por parte da instituição mostrava-se bastante inadequado, e as intervenções operadas no conjunto documental comprometeram sua organicidade. Em primeiro lugar, as plantas arquitetônicas – principais representantes da atividade profissional da titular – foram apartadas do arquivo, recebendo tratamento técnico supostamente ancorado nos princípios da museologia. Tal procedimento também foi adotado para todo e qualquer documento, independentemente da espécie, que ostentasse desenhos de autoria de Lina Bo Bardi.

À equipe de arquivistas restou arranjar e descrever os demais documentos do fundo, depois de avaliados, sem critérios e parâmetros bem definidos e divulgados, pela coordenadora executiva da instituição de custódia. De início, deparamos com uma classificação previamente estabelecida, baseada no critério temático: os documentos estavam organizados em “dossiês” numerados, relativos aos projetos desenvolvidos pela titular. Para que se tenha noção das impropriedades de tal classificação, o primeiro deles intitulava-se “arquivo pessoal” (!), e seu conteúdo naturalmente se sobrepunha a todos os demais, revelando, de maneira contundente, a fragilidade do critério.

O entendimento controverso de conceitos como tipologia documental, forma, técnica de registro, entre outros indispensáveis para a caracterização dos elementos formais dos documentos, também constituiu um desafio a ser superado. Coube-nos, portanto, a (dura) tarefa de elaborar estratégia de tratamento documental que rompesse

⁴ Este grupo foi composto por Ana Maria de Almeida Camargo (coordenadora), Daisy Elias de Almeida, José Francisco Guelfi Campos e Thais Pelayo.

com as incoerências praticadas até então, propondo procedimentos e métodos firmemente fundamentados na teoria arquivística.

A composição híbrida dos arquivos pessoais, no que toca aos suportes, formatos e gêneros, geralmente leva profissionais da área a apartarem os documentos segundo suas necessidades especiais de conservação e acondicionamento, procedimento que pode levar à adoção de critérios distintos de tratamento, ancorados em técnicas e métodos próprios da biblioteconomia e da museologia, promovendo a desarticulação do conjunto e obscurecendo as relações que os documentos mantêm entre si. Mesmo que sejam, por razões técnicas, mantidos em depósitos, estantes ou caixas diferentes, é preciso que se tenha claro, na abordagem de qualquer arquivo, que os documentos devem ser considerados em seu conjunto, sob pena de perderem – às vezes irreversivelmente – o sentido. Somente a manutenção da integridade do fundo, alcançada através dos instrumentos de pesquisa,⁵ pode proporcionar, além de valor probatório aos documentos, uma “reserva inesgotável de objetos de estudos e de conhecimento” (DELMAS, 2010, p. 69).

A necessidade de contextualizar os documentos a partir das atividades desenvolvidas pela titular impôs à equipe de arquivistas a necessidade de recorrer a densa pesquisa sobre as funções e etapas envolvidas na prática da arquitetura. Além disso, o fundo espelha outras atividades desempenhadas por Lina ao longo de sua vida, bem como um sem número de eventos de que participou e as relações que manteve com amigos e familiares, o que tornou o trabalho ainda mais complexo.

A pesquisa de dados biográficos, obtidos em publicações diversas e, principalmente, nos documentos do próprio arquivo, levou à construção de minuciosa *cronologia*, alimentada constantemente ao longo do trabalho. Ao dispor os eventos vividos e as atividades desempenhadas pela titular em sua sequência temporal, a cronologia figura como importante instrumental de pesquisa para os arquivistas, durante sua prática. A remissão dos documentos, em séries tipológicas, aos contextos originários devidamente assinalados na cronologia torna este instrumento equivalente ao quadro de arranjo do fundo, representando-o em seu conjunto e resgatando sua organicidade.

⁵ Nunca é bastante frisar, tendo em vista o que se pratica em muitas instituições no país, que a ordenação física dos documentos não deve necessariamente coincidir com sua ordenação intelectual, representada pelos guias, inventários ou catálogos.

O arquivo de Lina Bo Bardi é capaz de espelhar, de maneira consistente, os diferentes setores em que atuou: administração doméstica, arquitetura, arquitetura de interiores, cenografia, curadoria, design de figurinos, design de mobiliário, discência, docência, edição, gestão financeira, gestão institucional, relacionamento familiar e social, entre outros, como mostra o extrato selecionado de sua cronologia.

Quadro 1 – Extrato selecionado da cronologia de Lina Bo Bardi

<i>ano</i>	<i>mês</i>	<i>dia</i>	<i>Ano</i>	<i>mês</i>	<i>dia</i>	<i>evento</i>	<i>documentos</i>
1914	12	05				Nasce em Roma.	Certidões de nascimento: 1.1222.1, 1.1222.2
1933			1939	11	25	Frequenta o curso de Arquitetura, na Università degli Studi di Roma.	Certificados de conclusão: 1.1291.1, 1.1293.3, 1.1295.1, 1.1295.2
1949			1950			Desenha móveis para a residência de Francisco e Iolanda Matarazzo, em São Paulo.	Orçamentos: 1.1153.2, 1.1155.2, 1.1158.2
1949			1951			Projeta sua residência, conhecida como “Casa de Vidro”, em São Paulo.	Cartas de cobrança: 1.101.2, 1.104.6, 1.136.5, 1.143.1 Listas de entrada de material: de 1.115.5 a 1.115.10 Memoriais descritivos: 1.110.1, 1.111.1
1950	10		1954	05		Dirige, em colaboração com Pietro Maria Bardi, a revista <i>Habitat</i> , até a edição de número 15.	Artigos: 1.475.1, de 1.656.4 a 1.656.6, 1.657.1, de 1.658.2 a 1.658.5, de 1.659.1 a 1.659.10, 1.659.12, de 1.660.1 a 1.660.3, de 1.661.1 a 1.661.5, de 1.665.1 a 1.665.3, de 1.666.1 a 1.666.3, de 1.667.1 a 1.667.3, 1.667.5
1958	08	01	1958	11	01	Leciona na Escola de Belas Artes da Universidade da Bahia, onde ministra curso de Teoria da Arquitetura.	Apontamentos: 2.8.4, 2.8.5 Cartas de aceitação de convite: 1.541.2, 1.541.3 Convite: 1.541.1 Lista de alunos: 1.541.6 Monografia: 1.1060.1
1958	09		1958	10		Edita e diagrama as “Crônicas de arte, de história, de costume, de cultura da vida”, no <i>Diário de Notícias</i> , em Salvador.	Bibliografia: 1.1212.8 Reflexões: 1.1212.13 Subsídios: 1.979.1
1963	11	03	1964	02		Realiza a curadoria da exposição Nordeste, apresentada no Museu de Arte Popular, em Salvador.	Apontamentos: 1.1002.1, 1.1362.1, 1.1375.2

							Apresentação de obra: 1.1004.7 Cartaz de divulgação: 2.7.1 Lista de providências a tomar: 1.1375.3
1968						Cria cenários para o filme A Compadecida, dirigido por George Jonas, com base na peça teatral de Ariano Suassuna.	Carta de cobrança de honorários: 1.734.6 Entrevista: 1.736.1 Roteiro cinematográfico: 1.730.1

O trabalho, contudo, não se encerra com a cronologia, embora seja ela capaz de, por si só, permitir o acesso aos documentos. Ressaltamos a pertinência da elaboração de outros instrumentos auxiliares de pesquisa, como índices remissivos para nomes de pessoas e instituições, que assumem incontestável relevância quando o instrumento de pesquisa do arquivo é divulgado em meio impresso. Da pesquisa realizada pelos arquivistas derivam também glossários específicos, com definições objetivas dos tipos documentais disponíveis e dos tipos de atividades e eventos, essenciais para respaldar de maneira responsável o trabalho dos consultentes, explicitando não só a lógica adotada, bem como as decisões tomadas no processo de descrição e classificação dos documentos.

Questões de ordem institucional vêm adiando a divulgação do trabalho e dos instrumentos de pesquisa, num movimento contrário ao de democratização do acesso à informação a que se assiste atualmente, representado pelas iniciativas cada vez mais frequentes de disponibilização de acervos *on-line*. Trata-se de uma tendência que demanda um olhar atento e um posicionamento crítico por parte dos profissionais da área. Da mesma forma em que se deu, décadas atrás, o fenômeno da “microfilmagem selvagem” de documentos de arquivo, hoje talvez estejamos igualmente iludidos pelos supostos benefícios da digitalização, procedimento que, uma vez feito sem o devido rigor técnico, pode comprometer a integridade física dos documentos e a própria lógica de arranjo dos fundos.

Vistas muitas vezes como “tábuas de salvação” para os problemas relativos ao acesso, as bases de dados requerem igual rigor técnico em sua concepção, instigando um debate fértil (embora nem sempre tranquilo) com profissionais da informática e da tecnologia da informação. Nunca é bastante frisar que, em ambiente virtual, elas devem cumprir as mesmas finalidades dos instrumentos de pesquisa tradicionais, garantindo o

acesso aos documentos e a compreensão do todo orgânico que constitui o arquivo e estabelecendo o elo entre o arranjo e as expectativas de pesquisa dos consulentes.

O outro lado da experiência

Revisitar a experiência com o arquivo de Lina Bo Bardi é motivo de orgulho pela qualidade do trabalho desenvolvido, fundamentado em densa pesquisa, fiel aos princípios preconizados pela Arquivística e dentro de abordagem inovadora capaz de romper com as impropriedades anteriormente praticadas. O método aplicado permitiu cumprir de maneira satisfatória o sentido do fazer arquivístico: restabelecer os elos entre os documentos, explicitando a organicidade que os permeia em seu conjunto e dando visibilidade às atividades e/ou eventos para os quais serviram de instrumento e prova.

Contudo, o contexto institucional em que se desenvolveu o trabalho impôs severas restrições ao completo sucesso do empreendimento. Não se pode, ao fim e ao cabo, considerá-lo uma experiência feliz. As limitações do Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, no que toca à infraestrutura e à formação de seu quadro profissional, certamente se repetem em tantas outras instituições no Brasil, razão pela qual se constata a discrepância da qualidade dos trabalhos realizados e dos serviços oferecidos por nossos arquivos e centros de documentação.

Como justificar o funcionamento de uma instituição responsável pela custódia de fundos de arquivo sem a presença de arquivistas ou de profissionais com treinamento específico na área? Pior, como conceber a insistência de sua coordenadora executiva, publicitária de formação, em dar a documentos de arquivo um tratamento supostamente baseado em critérios museológicos, subvertendo sua própria natureza?

Pelas características de seu acervo e dos serviços que pretende prestar à sociedade, o Instituto Lina Bo e P.M. Bardi identifica-se, perfeitamente, como centro de documentação, e seria absolutamente saudável que seus diretores assim o entendessem, em nome da própria sobrevivência da entidade. Na prática, tal entendimento deveria se refletir na abertura de um campo fértil para o desenvolvimento de trabalho essencialmente interdisciplinar, pautado no necessário diálogo entre profissionais qualificados das áreas da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia, tendo em vista a elaboração de estratégias inovadoras e sólidas para o processamento técnico de

sua documentação, bem como para o incremento dos serviços prestados aos pesquisadores.

Desta experiência fica, portanto, mais do que os avanços que pudemos oferecer ao desenvolvimento de um método adequado ao tratamento dos arquivos pessoais, atendendo, sobretudo, às especificidades dos chamados “arquivos de arquitetura”, ramo ainda pouco explorado no Brasil. O grande aprendizado recai sobre o velho jargão da necessidade de diálogo entre diferentes especialidades, exaustivamente repetido na literatura da área, que busca afirmar uma interdisciplinaridade raramente levada a cabo no dia-a-dia das instituições arquivísticas, em função das necessidades pessoais de autoafirmação de alguns de seus profissionais. Torna-se, assim, fundamental repensar a prática, a natureza e a vocação das instituições arquivísticas, tendo em vista a superação de um certo corporativismo vulgar que nos rodeia, sob pena de repetição de velhos erros e da inviabilização de trabalhos comprometidos com a seriedade e com a qualidade.

Referências

ARTIÈRES, Philippe; KALIFA, Dominique. Présentation. L'historien et les archives personnelles: pas à pas. *Sociétés & Représentations*, Paris, n. 13, p.7 – 15, 2002.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Trad. Manoel Adolpho Wanderley. 2ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p. 201-208, 1998.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.45, n.2, p.26-39, jul. – dez. 2009.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais: uma proposta de descrição. *Arquivo: boletim histórico e informativo*, São Paulo, v.9, n.1, p.21-24, jan. – jun. 1988.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê?* Textos escolhidos. Tradução Danielle Ardaillon. Revisão técnica Heloísa Liberalli Bellotto. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DURANTI, Luciana. The archival bond. *Archives and Museum Informatics*, Pittsburgh, v. 11, n. 3-4, p. 213-218, 1997.

GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos pessoais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 41-66, 1997.

HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 40-57, jul. – dez. 2009.

HOBBS, Catherine. Reenvisioning the personal: reframing traces of individual life. In: EASTWOOD, Terry; McNEIL, Heather (eds.). *Currents of archival thinking*. Santa Barbara, CA: Librarians Unlimited, 2010, p. 213-241.

JENKINSON, Hilary. *Manual of archival administration: including the problems of war archives and archive making*. Oxford: Oxford University Press, 1922.

LOPEZ, André Porto Ancona. Os arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. *Gragoatá*, Niterói, v. 2, n. 15, p. 69-82, 2003.

MIRANDA, Wander Melo; SOUZA, Eneida Maria (orgs.). *Crítica e coleção*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos Modernos: procedimentos e técnicas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.